

# ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

**RENDIMENTO** Pelo menos uma parte do dinheiro extra deve ser usada para manter as tradições de final de ano, como a compra dos presentes de Natal

## Pagamento do 13º salário promete reaquecer economia

VICTOR ROSA

Apesar da pandemia do novo coronavírus, as tradições de final de ano, como os presentes de Natal, e o recebimento do 13º salário podem ajudar a reaquecer a economia, principalmente o mercado local.

Segundo o economista Elisandro Lima, a Covid-19 trouxe uma série de privações, ao tempo em que também causou um forte fator emocional nas pessoas que querem aproveitar a oportunidade de um dinheiro extra.

“O lado bom da economia é que o empresariado voltou a acreditar no mercado, aumentando a produção, que permite vendas com valores interessantes em detrimento do custo de produção, além de contratações, ainda que temporárias, promovendo mais dinheiro em circulação. É disso que o mercado precisa para não gerar inflação, que, neste caso, é a redução do poder de compra”, explica o economista, que também é professor da UniRuy.

### Pequenas empresas

Conforme análise de Elisandro, Salvador está passando por um momento de fortalecimento do comércio de rua, mesmo no meio de uma pandemia. Isso permite mais possibilidades de compras e vendas, além dos shopping centers e e-commerce.

Contudo, o fator mais importante para que os micro e pequenos empresários possam aproveitar o recebimento



USP Imagens / Divulgação

**Especialistas recomendam o equilíbrio entre pagar dívidas, comprar e poupar**

do 13º para vender neste período de fim de ano é o fator atendimento.

“A facilidade com a ferramenta e acompanhamento pós-venda são dois fatores importantes de decisão do consumidor para uma compra online, porém o que mais impacta na hora da compra virtual é o valor do frete, o que inviabiliza a compra. É neste momento que o comércio físico tem vantagem. Ainda que o ambiente eletrônico proporcione conforto e segurança, nada supera um excelente atendimento presencial”, pontua o economista.

### Guardar ou gastar?

O contador Luiz Alberto de

Jesus alerta que o momento da economia ainda é incerto, tanto para os comerciantes quanto para os consumidores. Ele aconselha que qualquer gasto considerado desnecessário neste momento seria uma forma irresponsável de utilizar o 13º.

“Entendemos que o 13º salário anualmente aquece demais a economia, abrindo novas vagas de emprego, aumentando faturamento das empresas, gerando receitas para os estados e municípios, mas é preciso ter a consciência do momento e que é crucial não fazermos o uso desnecessário desse recurso. Se a pessoa vive um momento de incerteza, fazer uma reserva deste dinheiro

pode ser uma boa opção”, frisa Luiz Alberto.

“É importante que o consumidor faça um equilíbrio entre as compras, negociar dívidas e, para aqueles mais abastados, até mesmo investir. E o 13º salário é uma ótima oportunidade. O consumo leva ao aumento de produção, que gera emprego e renda e faz o dinheiro circular de forma a alimentar a economia. Se isso não acontece, temos um grave problema”, acrescenta Elisandro Lima.

Para aproveitar a época do Natal, Luiz Alberto aconselha que pelo menos as compras dos presentes sejam feitas à vista, evitando prolongamento de dívidas.

### ELETRICIDADE

## Conta de energia fica mais cara

ANDREIA VERDÉLIO

Agência Brasil, Brasília

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reativou o sistema de bandeira tarifária e definiu a bandeira vermelha patamar 2 para o mês de dezembro, a mais alta, com custo de R\$ 6,243 para cada 100 quilowatts/hora consumidos.

Em maio deste ano, em

razão da pandemia de Covid-19, a Aneel havia decidido manter a bandeira verde acionada até 31 de dezembro deste ano. Entretanto, em reunião extraordinária segunda-feira, a diretoria do órgão avaliou que a queda no nível de armazenamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas e a retomada do consumo de energia justificavam o aumento.

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado em 2015 como forma de recompor os gastos extras com a utilização de energia de usinas termelétricas, que é mais cara do que a de hidrelétricas. A cor da bandeira é impressa na conta de luz (vermelha, amarela ou verde) e indica o custo da energia em função das condições de geração.

Quando chove menos, por

exemplo, os reservatórios das hidrelétricas ficam mais vazios e é preciso acionar mais termelétricas para garantir o suprimento de energia no país. Segundo a Aneel, a bandeira tarifária não é um custo extra na conta de luz, mas uma forma diferente de apresentar um valor que já está na conta de energia, mas que geralmente passa despercebido.

### TRABALHO

## Desemprego bate recorde no país

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A população desocupada atingiu 13,76 milhões em outubro, o que significa alta de 2,1% em relação ao mês anterior e um recorde da série da Pnad Covid-19 mensal, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou os dados ontem.

O resultado representa também crescimento de 35,9% desde o início da pesquisa em maio. A taxa de desemprego subiu de 14,0% para 14,1%, o que também é a maior da série.

A força de trabalho cresceu 1,5% na comparação com setembro e alcançou 97,9 milhões em outubro. Frente a maio a elevação ficou em 3,6%. O número de pessoas fora da força de trabalho teve redução de 1,9% e somou 72,7 milhões de pessoas em



Agência Brasil / EBC

**População desocupada foi de 13,76 milhões em outubro**

outubro. Com relação ao mês de início da pesquisa a queda ficou em 3,5%.

O Amapá foi o estado onde houve a maior proporção (9,2%) de pessoas ocupadas afastadas do trabalho por causa do distanciamento social. De acordo com a pesquisa, 24 unidades da federação

tiveram recuo no percentual de pessoas ocupadas afastadas do trabalho pelo mesmo motivo, em relação a setembro. Nas outras unidades da federação foi registrada estabilidade.

Entre os 4,7 milhões de trabalhadores afastados do trabalho que tinham na se-

mana de referência, 900 mil ou 19,2% estavam sem a remuneração do trabalho. Em setembro o percentual era de 19,8%, e, segundo o IBGE, vem caindo “consistentemente ao longo da pandemia”. A região Sul teve o menor percentual (16,3%) e a Norte, o maior (26,8%).

A diferença entre o número de horas habitualmente e efetivamente trabalhadas está diminuindo: o número médio de horas habituais foi de 40 horas por semana, contra 35,7 horas efetivas.

Em outubro, 94,4% da população ocupada não estavam afastados do trabalho que tinham, contra 93,5% em setembro. Entre os não afastados, os que trabalhavam de forma remota representavam 9,6% ou 7,6 milhões de pessoas da população ocupada que não estava afastada. Em setembro, eles eram 10,4% ou 8,1 milhões de pessoas.



ACB EM FOCO

## Profissionais capacitados em técnicas arbitrais: possibilidade de uma decisão mais justa

Divulgação



Pedro Dórea é coordenador da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da ACB

A busca na resolução de conflitos é algo inerente à vida em sociedade. Independentemente da natureza da divergência, a necessidade de solucionar questões faz parte da nossa rotina, e o uso da arbitragem tem tornado essas decisões muito mais eficazes, céleres, técnicas e seguras para todos. Tal cenário é potencializado pelos profissionais de variadas formações acadêmicas que utilizam suas expertises em técnicas arbitrais que, com conhecimentos especializados em assuntos diversos, têm agregado muita importância às decisões arbitrais.

Profissionais com formação em direito, contabilidade, engenharia, administração, ciência da computação, dentre outras, são algumas das áreas que podem figurar como imprescindíveis no subsídio aos processos que utilizam os meios extrajudiciais de solução de conflitos, como a mediação e arbitragem.

De acordo com o coordenador da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Associação Comercial da Bahia (ACB), Pedro Dórea, os meios extrajudiciais têm em seu processo decisório a utilização de meios técnicos mais especializados, se comparado com o judiciário, tendo em vista a utilização de especialistas escolhidos pelas partes que buscam a solução de eventual controvérsia, conferindo uma maior efetividade no resultado final, de forma a satisfazer às partes envolvidas na busca da solução. “Em um momento que falamos tanto da necessidade de pacificação social e entendimento, tão bem representados pelo associativismo, a utilização dos procedimentos de mediação e arbitragem segue nesta linha de agregar esforços técnicos para um desfecho que atenda adequadamente e com total isonomia às partes envolvidas. É a especificidade e a utilização de técnicas adequadas à situação que vão dar segurança e tranquilidade às partes na busca da melhor solução possível para determinada situação”, detalha Dórea.

De maneira a aproximar ainda mais a Câmara de outros segmentos e apresentá-la aos contadores do Estado, Dórea e o advogado José Sobreira, que também é membro e diretor da Câmara da ACB, participam do V Encontro de Peritos, Mediadores e Árbitros Contadores do Estado da Bahia amanhã. “A contabilidade tem uma técnica importante que é a avaliação de elementos contábeis da empresa, fundamentais para subsidiar decisões no processo arbitral e de mediação. Há muitos contadores especializados e outros tantos buscando se especializar na solução de conflitos, através dos meios alternativos, e isso é bastante positivo”, aponta o coordenador da Câmara da ACB.

Com a realização do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia, o evento online será uma excelente oportunidade para que o segmento contábil conheça a atuação da Câmara Arbitral mais antiga do país. As inscrições ainda podem ser realizadas no site do CRCBA.

O Imposto sobre Grandes Fortunas ("IGF") é um tributo previsto no art. 153, inciso VII da nossa Constituição Federal, ainda não regulamentado e por isso não integra a carga tributária suportada pelos contribuintes brasileiros.

Ingressou na nossa Constituição, sem estudos mais sérios e elaborados, por força das negociações travadas no Congresso Nacional, para aprovação do texto final da nossa Carta Magna, retornando sempre ao debate nos períodos eleitorais ou quando há necessidade de se ampliar o financiamento de políticas públicas, como agora no período da Pandemia.

No Brasil, existe uma dezena de Projetos de Lei, em tramitação no Congresso, visando instituir o IGF, construídos sob o discurso de que este tributo só alcançaria as pessoas muito ricas, e que seria a solução para o rombo nas contas públicas, estimada para 2020 em valor superior a R\$ 900 bilhões.

Contudo, estudos sérios e bem produzidos no Brasil, apontam que um tributo, cuja base de cálculo seria a riqueza ou as grandes fortunas, representaria um incremento muito pequeno das receitas tributárias, representando

pouco mais de meio por cento do déficit atual das contas públicas, algo facilmente alcançado, com medidas de gestão, como a reforma administrativa que combata os privilégios do funcionalismo público e o desperdício com o dinheiro público.

Lado outro, mundo afora, cada dia menos países adotam o IGF como instrumento de política fiscal. O número de países membros da OCDE, que tem na sua matriz tributária o IGF, vem caindo anualmente, salientando que atualmente só França, No-

Artigo **Silvio Pinheiro**

# O Imposto Sobre Grandes Fortunas, uma inutilidade tributária

**Estudos sérios apontam que um tributo, cuja base de cálculo seria a riqueza ou as grandes fortunas, representaria um incremento muito pequeno das receitas tributárias**

ruega, Espanha e Suíça cobram tributos sobre riqueza.

Nesse diapasão, antes de instituir o IGF, nossos legisladores deverão fazer uma análise profunda do custo-benefício de mais um tributo no nosso ordenamento jurídico, avaliando os riscos

que este novo imposto pode acarretar, sobretudo, na fuga de capitais para países que têm adotado posturas mais competitivas em matéria tributária.

Ainda relevantes os questionamentos jurídicos relacionados ao IGF e a bitributação, sobretudo porque no nosso ordenamento jurídico já existem tributos que incidem sobre a propriedade, dentre eles o IPTU, ITR e IPVA, além daqueles que incidem sobre a movimentação do patrimônio, ex. vi. o Imposto Causa Mortis e o Im-

posto de Transmissão Inter Vivos.

Recentemente o tributarista Ives Gandra Martins, defendendo que a instituição do IGF resultaria em bitributação, pontuou que: "O Imposto sobre Grandes Fortunas é um imposto em que a fortuna foi feita com todas as tributações anteriores. Por exemplo, alguém que vai fazer uma fortuna e tem uma empresa ele pagou ICMS, ISS, IPTU e pagou o imposto de renda e a CSLL e teve um patrimônio que ele vai aplicando. Isso é um patrimônio estático. Tudo que ele vai ganhar, ele tributa. Agora sobre o patrimônio estático cobrar, significa que todo o ano ele vai ficar com menos dinheiro. Então, ele vai ficar com menos para investir."

Me alinho a esta corrente e me sinto muito bem acompanhado por aqueles que não concordam com mais um tributo no nosso ordenamento, cuja carga tributária já ultrapassou o patamar recorde de 35,17% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2019.

**SILVIO PINHEIRO É SÓCIO DO HUMILDES, PINHEIRO, CARIBÉ, MARQUES, CARNEIRO E VAZ PORTO ADVOGADOS, EX-SERETÁRIO DE URBANISMO DO MUNICÍPIO DE SALVADOR E EX-PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.**

# Satélite



*Os bastidores da política baiana*

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

**●● Passada a eleição, é hora dos prefeitos em final de mandato, dos eleitos e reeleitos unirem forças contra um inimigo que ataca todos, independente de partido ou ideologia**  
**David Rios**

Deputado estadual do PSDB, ao pedir unidade de correntes políticas oposta para conter o novo coronavírus

## Devolução recusada

Embora tenha perdido efetivamente o mandato há cerca de 15 dias, o ex-deputado estadual Marcell Moraes (PSDB) ainda não devolveu à Assembleia Legislativa o carro oficial de uso exclusivo dos parlamentares em atividade. Até ontem, Moraes mantinha a posse sobre o Toyota Corolla destinado a ele. O que, em tese, configura a prática de apropriação indébita de bem público. Segundo apurou a Satélite, desde que a cassação do tucano foi confirmada pela Casa, a direção da Assembleia tenta retomar a propriedade do veículo, por meio de pedidos encaminhados a ele e contatos telefônicos, mas não obteve sucesso. Diante da recusa, o setor jurídico do Legislativo estadual estuda alternativas para reaver o carro. Antes, Moraes já havia demorado dez dias para entregar o gabinete que ocupava na Casa.

### QUE JEITO?

Com o Corolla nas mãos de Marcell Moraes, a Assembleia teve que destinar um Ford Ka para transportar Carlos Geilson (Podemos), recém-empossado deputado estadual.

## Estado de suspensão

As articulações relativas à disputa que vai definir o comando da Assembleia pelos próximos dois anos, marcada para o início de fevereiro, entram em modo de espera. Em conversas reservadas, líderes de partidos atribuem a interrupção das costuras à expectativa em torno do entendimento do Supremo sobre a possibilidade de reeleição para a presidência da Câmara dos Deputados e do Senado. Caso a Corte decida pela inexistência de veto constitucional na sucessão do Congresso, a posição valerá automaticamente para o Poder Legislativo nos estados. Com isso, o atual presidente da Assembleia tem grandes chances de permanecer no cargo. Do contrário, será muito difícil garantir 38 votos dos deputados estaduais para uma eventual emenda que permita a reeleição.

## Movimento no trilho

O edital para o leilão do trecho da Fiol entre Ilhéus e Caetité será lançado no próximo dia 15 pelo Ministério da Infraestrutura, de acordo com informações obtidas pela coluna. Hoje, a concessão do primeiro tramo da ferrovia no estado é o mais cobiçado negócio para gigantes da logística e mineração, como a Bamin, Vale e Rumo. Três dias depois, o ministério vai leiloar dois terminais de granéis sólidos no Porto de Aratu.

## Bode expiatório

Presidente do PDT baiano, o deputado federal Félix Mendonça Júnior discorda de avaliações que apontam o governador Rui Costa (PT) como o grande derrotado nas eleições deste ano no estado. "Apesar da virada da oposição no segundo turno em Feira de Santana e Vitória da Conquista, erra quem coloca o resultado na conta de Rui. Não se pode afirmar tal coisa de um político com gestão bem avaliada e imagem positiva", destaca.

## Dono da conta

Para Félix Júnior, a responsabilidade pelo fracasso do bloco governista é só do PT, que sofreu intensa desidratação no país. "O mau desempenho colocará o PT em dificuldades. Comparando a um jogo de xadrez, o partido terá que ceder rainha e rei no tabuleiro de 2022, aqui e lá fora", conclui.

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

É possível ter um plano contra o desmatamento que seja efetivo e nos leve de volta ao caminho certo. O governo poderia executá-lo se tivesse noção do risco que estamos correndo, econômico, diplomático, ambiental, climático. O Brasil tem os servidores, boas leis e instrumentos de comando e controle. Mas o presidente e seu ministro preferem estimular por atos, palavras e omissões a derrubada da floresta. As Forças Armadas na segunda operação de garantia da lei e da ordem já entenderam o principal: é preciso fortalecer os órgãos ambientais e atuar em rede.

O número de 11.088 km<sup>2</sup> de floresta derrubada em 2020 na Amazônia deveria ser suficiente para provocar um plano emergencial. Deveria ser tratado como é: um escândalo. O Brasil recuou 12 anos no seu esforço de redução do número anual e chegou a 184% acima da meta que o próprio Brasil estabeleceu na Política Nacional sobre Mudança no Clima. É uma derrota do país. Esse é o primeiro número de desmate totalmente do governo Bolsonaro, já que o do ano passado teve cinco meses da administração anterior, porque o ano é registrado de agosto a

julho.

Um plano para ser efetivo teria que ter Ibama e ICMBio com mais gente e mais recursos, a Polícia Federal, com um comando claro nessa direção. A Funai teria que ter chefes que não impedissem seus servidores de cumprirem sua missão institucional de proteger os índios e suas terras. Seria necessário criar mais unidades de conservação, já que grande parte do desmatamento ocorreu em terras públicas não destinadas. O plano pode ser feito, mas para ser executado teria que ser outro o governo e outro o presidente.

As Forças Armadas reconhecem que o país precisa muito do fortalecimento do Ibama e ICMBio. Na entrevista em que anunciou o desmatamento, o vi-

## Como deter o desmatamento

ce-presidente Hamilton Mourão disse isso. Fica curioso ele dizer o oposto do que o governo fez desde o início. Ricardo Salles vem desmontando esses órgãos governamentais desde o primeiro dia no cargo.

Há outras situações contraditórias. Quando servidores dos órgãos ambientais queimaram e destruíram maquinário de grileiros e garimpeiros, o presidente os constrangeu em público, e o ministro os puniu. Só que na Operação Verde Brasil 2 os militares também destroem. E por quê? Pelo simples motivo de que é a única forma de agir. Em outubro, os militares encontraram na reserva biológica de Maicuru, em terreno de absoluta dificuldade de acesso, 15 motores estacionários de garimpo. O que

enormes máquinas? Sair levando de avião floresta afora? "A gente precisa dar prejuízo aos malfieiros", me disse um oficial. Pois é.

O ministro Ricardo Salles não estava na reunião em que o governo anunciou o número do desmatamento. Estava no Jardim Botânico no Rio. Desde que esses dados começaram a ser divulgados no governo Fernando Henrique, e se tornaram ainda mais transparentes no governo Lula, o ministro do Meio Ambiente é quem anuncia. Ao lado, claro, do ministro da Ciência e Tecnologia, a quem se reporta o Inpe. A ideia de ir passear no Jardim Botânico no dia do anúncio nunca ocorreria a nenhum antecessor no cargo.

O governo Bolsonaro criou uma situação esdrúxula. Man-

tém um ministro que tem uma agenda de destruição ambiental, e vai repassando as responsabilidades do Ministério do Meio Ambiente para o vice-presidente que, contudo, não tem poder. Hamilton Mourão acerta às vezes, erra às vezes. Acertou agora quando não tentou desacreditar o Inpe ou quando não tentou vender como bom um número que realmente é muito ruim. Mas errou quando propôs criar uma agência, aos moldes de uma mal afamada agência americana, para concentrar nas Forças Armadas as funções que hoje são executadas pelos cientistas do Inpe.

O risco maior é ambiental e climático. Para nós e para o mundo. A Amazônia é tão grande e tão fundamental que o que nos fere, fere o mundo. Mas esse é também um problema econômico, perderemos parceiros e mercados para os nossos produtos. É um problema de política externa. O Brasil está se transformando no sonho do Ernesto. Um enorme pária. Continuar desmatando a floresta, continuar nessa marcha insensata nos afastará cada vez mais do mundo. Essa é a escolha de Jair Bolsonaro, mas certamente não é a vontade do Brasil.

## ECONOMIA

# BA: informais elevam número de ocupados

**IBGE** Em outubro, puxado pelos trabalhadores informais, o número de pessoas trabalhando na Bahia (população ocupada), cresceu pelo segundo mês consecutivo, passando de 4,973 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade em setembro para 5,099 milhões em outubro, o que representou mais 125 mil trabalhadores.

Somando os saldos positivos de setembro e outubro, a população ocupada no estado cresceu 4,5% frente a agosto, quando havia chegado ao seu patamar mais baixo (4,880 milhões). Isso significou mais 219 mil pessoas a mais trabalhando em dois meses. Ainda assim, o número de ocupados na Bahia, em outubro, era menor do que em maio, 5,125 milhões pessoas, quando se iniciou a Pnad Covid-19.

Com o maior número de pessoas trabalhando, o nível da ocupação, que é percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade que estão ocupadas, também seguiu em alta no estado e chegou a 42,4% em outubro. Apesar da melhora, o indicador ainda não atingiu o patamar de maio (42,9%).

O avanço da ocupação na Bahia, entre setembro e outubro, foi determinado pelos informais, sobretudo os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta

própria. Os sem carteira passaram de 783 mil para 832 mil, de um mês para o outro, o que representou mais 49 mil trabalhadores nessa situação (+6,2%). Já os que atuam por conta própria passaram de 1,501 milhão para 1,547 milhão (+3,0% em um mês).

Com o terceiro maior aumento absoluto, vieram os trabalhadores domésticos sem carteira assinada, que, depois de quedas sucessivas desde maio, passaram de 188 mil em setembro para 202 mil em outubro (+14 mil pessoas ou +7,5%).

Por conta desses movimentos, a taxa de informalidade está em alta pelo segundo mês consecutivo, chegando a 47,0% em outubro. Isso significa que 2,396 milhões de trabalhadores baianos eram informais no em outubro - entre eles empregados do setor privado ou trabalhadores domésticos sem carteira assinada; empregadores ou trabalhadores por conta própria que não contribuam para o INSS; ou trabalhadores não remunerados em ajuda a morador do domicílio ou parente. Em setembro, esse número era de 2,310 milhões. O aumento absoluto de um mês para o outro (+87 mil informais) foi o segundo maior do país.

## produtividade do trabalho na indústria cresce 8% no terceiro trimestre

**RECUPERAÇÃO** Depois de seis meses seguidos de queda por causa da pandemia, a produtividade do trabalho na indústria recuperou-se no terceiro trimestre. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o indicador subiu 8% de julho a setembro em relação ao trimestre anterior. A alta desconsidera as sazonalidades, oscilações típicas de determinadas épocas do ano. A produtividade representa o volume produzido pela indústria da transformação dividido pela quantidade de horas trabalhadas.

No terceiro trimestre do ano, de acordo com a CNI, a produção subiu 25,8% em relação ao período de abril a junho. As horas trabalhadas aumentaram 16,4% na mesma comparação, o que indica que cada trabalhador produziu em média 8% a mais que nos três meses anteriores.

## AUXÍLIO EMERGENCIAL

# 29MI

de domicílios foram alcançados pelo benefício no último mês de outubro de acordo com levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O valor médio do benefício recebido foi de R\$ 688 por domicílio.

**5MI**  
de pessoas formavam a população ocupada da Bahia em outubro

**125MIL**  
novos trabalhadores ingressaram nesta população em outubro na comparação com setembro. Dados são do IBGE

# Tribuna

## Coluna ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI



### INSUFICIÊNCIA DE CAIXA

O Tribunal de Contas das União (TCU) emitiu alertas ao Ministério da Economia, à Controladoria-Geral da União e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional sobre possível insuficiência de caixa de R\$ 46 bi neste ano. A arrecadação de receitas no 4º bimestre sofreu queda de 4,48% em relação ao estimado, pontua o TCU. A previsão era de R\$ 243,4 bilhões, mas a efetiva foi de R\$ 232,5 bilhões. Segundo o ministro-relator, Walton Alencar Rodrigues, “essa insuficiência configura risco capaz de afetar o equilíbrio das contas públicas e a gestão fiscal responsável”.

#### Calamidade

O TCU aponta que, a partir da reavaliação das receitas e despesas primárias, haveria a necessidade de contingenciamento para todos os Poderes, Ministério Público da União (MPU) e Defensoria Pública da União (DPU). “No entanto, devido ao estado de calamidade pública, tal medida está dispensada”, pondera o relator.

#### Estatais

O relatório da corte de contas também constata que o resultado de 2020 das empresas estatais federais mostrou déficit expressivo. Cita a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), R\$ 1 bilhão; Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), R\$ 952 milhões e Empresa Gestora de Ativos (Emgea), R\$ 247 milhões.

## Indústria do Brasil enfrenta inflação recorde de insumos em novembro

CAMILA MOREIRA, REUTERS

A indústria brasileira enfrentou em novembro escassez de matéria-prima, o que, combinado com a depreciação do real, provocou aumento recorde na inflação de insumos, apontou nesta terça-feira a pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês).

A IHS Markit, que realiza a sondagem, informou que o aumento dos custos de insumos e preços cobrados em ritmo recorde na pesquisa se deveu a um mix de escassez de matérias-primas, em parte devido às restrições globais por causa da pandemia, depreciação do real e forte demanda por insumos.

Os produtores aumentaram sensivelmente a produção em resposta ao cres-

cimento contínuo nas vendas, mas ainda assim o PMI do setor caiu a 64,0 em novembro, de 66,7 em outubro, menor patamar em quatro meses. Leitura acima de 50 indica expansão da atividade.

Entretanto, a IHS Markit ressalta que o índice "assinalou a mais acentuada melhora na saúde do setor, superior a todas as outras registradas antes do surto da doença do coronavírus de 2019 (Covid-19)".

"O setor industrial brasileiro continuou se beneficiando de um crescimento robusto em novembro. As taxas de expansão mensais de novos pedidos, produção e compra de insumos se atenuaram, mas permaneceram mais sólidas do que o observado antes do surto de Covid-19", explicou a diretora econômica da IHS Markit, Pollyanna De Lima.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 01/12/2020	Caderno: Notícias



Terça, 01 de Dezembro de 2020 - 21:20

## ***Governo altera parâmetros do Fundeb e reduz investimento anual por aluno em 2020***

O Ministério da Educação (MEC) alterou os parâmetros do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e reduziu o valor anual de investimento por aluno.

De acordo com o G1, o valor foi de R\$ 3.643,16 para R\$ 3.349,56 para o ano de 2020, uma redução de 8%. Se divididos nos 12 meses do ano, o investimento por aluno equivale a R\$ 279 por mês.

A portaria foi publicada em edição extra do "Diário Oficial" na última semana. Ela é assinada pelo ministro da Educação, Milton Ribeiro, e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. A alteração se baseia no desempenho das receitas do governo. O Fundeb é composto por contribuições dos estados, Distrito Federal e municípios, e por uma complementação da União sobre esses valores.

Com a queda na arrecadação de impostos durante a pandemia, devido à redução das atividades econômicas, o "bolo" do Fundeb também diminuiu e o governo federal não complementou o montante além dos 10% previstos na lei em vigor. A partir de 2021, a União passará a contribuir com uma porcentagem maior, de 12%, até atingir 26% em 2026.

No acumulado de janeiro a outubro, o Fundeb "perdeu" R\$ 5,5 bilhões, uma redução de 3,9% se comparado ao mesmo período de 2019. Hoje, o fundo representa 63% do investimento público em educação básica.

Para 2021 o Ministério da Educação deverá ter um corte de R\$ 1,4 bilhão no orçamento.

A ideia do Fundeb é evitar a desigualdade e distribuir o dinheiro para garantir um valor mínimo por aluno, igual a todos os estados. Assim, estados mais pobres podem receber complementação da União e garantir que seus estudantes terão o mesmo ponto de partida e as mesmas condições básicas de aprendizagem se comparado a outros estados.

O fundo foi criado para garantir que os recursos cheguem à educação. Funciona como uma espécie de "pote de dinheiro" destinado exclusivamente às escolas públicas de educação básica (creches, pré-escola, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial e educação de jovens e adultos). Os recursos vêm de impostos e tributos que, por lei, devem ser aplicados ao desenvolvimento do ensino.

A ideia é evitar a desigualdade e distribuir o dinheiro para garantir um valor mínimo investido por aluno, igual a todos os estados. Assim, estados mais pobres podem receber complementação da União e garantir que seus estudantes terão o mesmo ponto de partida, as mesmas condições básicas de aprendizagem se comparado a outros estados.



Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 01/12/2020	Caderno: Notícias



Terça, 01 de Dezembro de 2020 - 19:40

## ***Governo Federal quer acabar com leilões públicos de biodiesel***

por Nicola Pamplona | Folhapress



O MME (Ministério de Minas e Energia) apresentará na próxima semana proposta para acabar com os leilões públicos de compra de biodiesel, instrumento usado para o comércio do combustível desde que se tornou obrigatório, em 2008.

A ideia é migrar para um modelo de livre concorrência, no qual as negociações são feitas diretamente entre os produtores de biodiesel e as distribuidoras de combustíveis, que são responsáveis pela mistura do produto ao diesel de petróleo antes da venda nos postos.

Segundo o secretário de Petróleo, Gás e Biocombustíveis do MME, José Mauro Ferreira, a mudança é parte de um pacote de medidas que o ministério apresentará em reunião do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) para ajustar o mercado de combustíveis à redução do tamanho da Petrobras no setor.

O plano foi apresentado nesta terça (1º) durante participação de Ferreira no congresso Rio Oil & Gas.

Atualmente, o biodiesel é negociado em leilões organizados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) com apoio da Petrobras. Cada distribuidora é obrigada a comprar um volume de biodiesel compatível com o volume de diesel de petróleo que retira das refinarias da estatal.

A Petrobras atua, assim, como uma espécie de fiscal informal da mistura obrigatória, que atualmente está em 11%. Os produtores defendem o modelo porque ele garante o controle sobre o cumprimento das obrigações de compra das distribuidoras.

Com o projeto de venda de 8 das 13 refinarias da estatal, porém, a empresa não terá nem capacidade de controle sobre as vendas de diesel no mercado interno nem interesse em atuar como intermediária nas negociações entre produtores de biocombustível e distribuidoras.

O modelo de livre mercado já é defendido por alguns segmentos da cadeia, que pede também a autorização de importações do biodiesel diante da escalada dos preços do produto. No último leilão da ANP, em outubro, o litro de biodiesel foi vendido a R\$ 5,55, mais do que o dobro do preço de venda do diesel de petróleo pela Petrobras.

As dificuldades para encontrar o produto levaram o governo a reduzir a mistura obrigatória, que originalmente era de 12%. Os produtores alegam que a alta reflete a valorização da soja no mercado internacional e a desvalorização cambial.

"Temos hoje forma de comercialização através de leilões públicos, em que a Petrobras tem participação muito grande, inclusive com plataforma digital. E, claro, com desinvestimento em refino, não faz sentido continuarmos com essa forma", disse o secretário do MME.

Ele não detalhou como será o novo modelo de venda do produto, afirmando apenas que será "mais aberto e de livre concorrência". O CNPE é o órgão responsável por estabelecer as políticas do setor energético.

Ferreira afirmou ainda que o ministério levará ao conselho propostas para melhorar a fiscalização do abastecimento de gás de cozinha, hoje quase totalmente controlado pela Petrobras. Assim como no caso do biodiesel, a ideia é tirar da estatal a responsabilidade por exercer a política pública.

Mesmo vendendo refinarias, a estatal permanecerá com a estrutura usada para importar o gás de cozinha. "Nos outros derivados já tem importação [privada]", disse o secretário. "Mas há um desafio grande de segurança do abastecimento de GLP [o gás de cozinha] no período de transição."

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 01/12/2020	Caderno: Notícias



Terça, 01 de Dezembro de 2020 - 18:01

## ***Covid-19: Casos ativos voltam a crescer e taxa de ocupação de UTIs chega a 70% na Bahia***

por **Lula Bonfim**

Os casos ativos da Covid-19 voltaram a crescer na Bahia, conforme boletim publicado no fim da tarde desta terça-feira (1º) pela Secretaria Estadual da Saúde (Sesab). Neste momento, seriam 11.220 pessoas contaminadas pela doença, em busca da recuperação, no estado. A taxa de ocupação dos leitos de UTI também aumentou, voltando à faixa dos 70%.

Nas últimas 24 horas, a Sesab registrou 3.118 novos casos de contaminação pelo novo coronavírus, além de 25 óbitos. No acumulado desde o dia 6 de março, quando a Bahia teve seu primeiro caso da doença, são 406.189 contaminados e 8.293 pessoas que não resistiram aos sintomas e acabaram falecendo.

No período de pandemia, todos os 417 municípios baianos registraram pelo menos um caso confirmado da Covid-19. Salvador foi a cidade que concentrou mais ocorrências, 24,56% do total do estado. Os locais com os maiores coeficientes de incidência por 100 mil habitantes foram Ibirataia (9.332,55), Aiquara (6.950,07), Itabuna (6.927,96), Madre de Deus (6.841,13), Almadina (6.808,20).

Os 10 municípios com mais casos ativos no estado são Salvador (1.796), Feira de Santana (483), Vitória da Conquista (239), Santo Antônio de Jesus (193), Ilhéus (177), Itabuna (166), Guanambi (164), Irecê (159), Lauro de Freitas (158) e Teixeira de Freitas (136).

### **LEITOS DE UTI**

A taxa de ocupação dos leitos de terapia intensiva reservados para Covid-19 também está em movimento de alta, pulando de 68% para 70% nas últimas 24 horas.

Algumas regiões do estado se aproximam dos 100% de vagas ocupadas, como o nordeste (92%), com leitos concentrados em Alagoinhas, e o centro-norte (90%), com unidades contratadas em Irecê e Jacobina.

As regiões centro-leste, onde se encontra Feira de Santana, e extremo-sul, onde ficam Porto Seguro, Eunápolis e Teixeira de Freitas, estão com 86% e 80% de taxa de ocupação, respectivamente.

Veículo: G1	
Data: 02/12/2020	Caderno: Economia



## **Aumenta a proporção de municípios que concedem isenções fiscais para atrair empreendimentos, aponta IBGE**

*Em 2019, 40,3% dos governos municipais ofertaram isenção de taxas para empresas e 37,1% concederam isenção do IPTU. Em 2012, estes percentuais eram de 31,6% e 29,1%, respectivamente.*

Por G1 — Rio de Janeiro

02/12/2020 10h36 Atualizado há 7 minutos

Um levantamento divulgado nesta quarta-feira (2) pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** aponta que aumentou a proporção de municípios do país que oferecem isenções fiscais para atrair empreendimentos privados.

Em 2019, de acordo com a pesquisa, 40,3% das prefeituras do país ofereciam isenção de taxas públicas para incentivar empresas a instalarem novos empreendimentos no município. Em 2012, esse percentual era de 31,6%.

Os dados fazem parte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, que investigou questões relacionadas à administração dos municípios, entre aspectos relacionados aos recursos para a gestão municipal.

**A concessão de benefícios fiscais e não fiscais tem como objetivo atrair investimentos para os municípios.** O IBGE destacou que novos empreendimentos privados tendem a aumentar a oferta de empregos e a dinamizar o mercado de consumo local, o que acaba gerando aumento da receita própria dos municípios, por meio da cobrança de impostos e do pagamento de taxas pelos novos contribuintes.

**O IBGE identificou que, entre 2012 e 2019, houve “uma significativa alteração nos mecanismos utilizados” para a concessão desses incentivos. Em geral, houve aumento dos incentivos fiscais e queda dos não fiscais.**

Além do aumento da proporção de municípios que concediam a isenção de taxas diversas, no mesmo período também aumentou de 29,1% para 37,1%

a proporção de municípios que concediam isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) com incentivo fiscal para novos empreendimentos. Em contrapartida, caiu de 34,3% para 29,3% a proporção de municípios que ofereciam redução do IPTU como incentivo fiscal. Também caiu de 28,8% para 16,7% a proporção de municípios que concediam isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Já entre os benefícios não fiscais, **o IBGE apontou que caiu de 41,8% para 34,0% a proporção de municípios que doavam terrenos para a instalação de novos empreendimentos**, enquanto aumentou 38,5% para 40% aqueles que ofertavam a cessão de terrenos como incentivo para as novas empresas. **“É natural que o município dê para o novo empreendimento o que ele está podendo dar naquele momento. Muitas vezes, não tem terreno para ceder, ou a empresa não quer um terreno, e ele tenta fazer isso de outra maneira”**, apontou.

Veículo: Metro1	Coluna: Economia
Data: 01/12/2020	



## Economia

# Balança comercial tem superávit de US\$ 3,7 bilhões em novembro

Aumento do saldo comercial acontece em um ano de fraco nível de atividade, por conta da pandemia do coronavírus

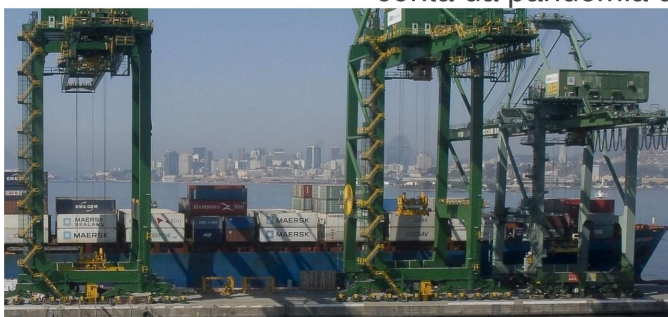


Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

Por **Luciana Freire** no dia 01 de Dezembro de 2020 · 19:30

O Ministério da Economia informou hoje (1º) que a balança comercial registrou superávit de US\$ 3,732 bilhões em novembro. Superávit acontece quando as exportações superam as importações.

O resultado de novembro é 4,7% maior que o registrado no mesmo mês do ano passado (+US\$ 3,565 bilhões).

Esse também foi o maior superávit para esse mês desde 2018, quando as exportações superaram as importações em US\$ 4,076 bilhões.

O aumento do saldo comercial acontece em um ano de fraco nível de atividade, por conta da pandemia do coronavírus, que diminuiu a demanda por produtos do exterior.



# A importância do planejamento tributário a partir dos regimes de tributação

Daniel Calderon\*

02 de dezembro de 2020 | 07h00

Daniel Calderon. FOTO: DIVULGAÇÃO

É impossível administrar uma empresa, ou mesmo atuar como um micro e pequeno empreendedor, sem conhecer o sistema de pagamento de impostos no país. Para isso, é necessário entender os regimes de tributação existentes no sistema tributário brasileiro. De uma forma resumida, há três regimes em nosso sistema: o Lucro Real, o Lucro Presumido e o Simples Nacional.

O Lucro Real consiste na tributação calculada sobre o lucro líquido em um determinado período. Caso haja prejuízo, vale lembrar que a empresa fica isenta do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Esse cálculo ainda conta com adições e exclusões permitidas por lei, o que torna fundamental que a empresa conte com uma contabilidade eficaz.

Há empresas para as quais é compulsório seguir este regime, tal como no setor financeiro, no caso de ganhos provenientes do exterior ou uma receita bruta anual superior a R\$ 78 milhões.

A possível isenção de IRPJ e CSLL se trata de uma vantagem deste regime tributário. Contudo, ainda é necessário que as empresas avaliem questões contábeis, econômicas e financeiras para verificar se realmente é o regime mais vantajoso para si.

O segundo regime de tributação é o Lucro Presumido. Neste regime, há uma base de cálculo fixada pela legislação, entre 1,6% a 32%, para a apuração do IRPJ e da CSLL. O percentual depende da atividade exercida pela empresa. Trata-se de um regime simplificado, já que a Receita Federal presume o lucro sem relação com o resultado efetivo da empresa. No caso de uma empresa prestadora de serviço que faturou R\$ 100 mil em um mês, por exemplo, a presunção do lucro é de 32% e a base corresponderá a R\$ 32 mil. Vale acompanhar as discussões sobre uma possível Reforma Tributária no Congresso Nacional, que pode resultar em possíveis mudanças nas alíquotas.

Por fim, as micro e pequenas empresas contam com o regime tributário mais simplificado. O Simples Nacional foi criado no ano de 2006 com o intuito de facilitar o cálculo e o pagamento dos impostos. Cabe às empresas com faturamento até R\$ 4,8 milhões ao ano e permite o recolhimento de tributos federais, estaduais e municipais em uma única guia e com alíquotas variáveis de acordo com o faturamento e os anexos previstos em lei específica.

Para aderir a esse regime, as empresas não devem apresentar pendência com a Receita Federal em nenhuma esfera. Caso seja a primeira adesão, deverá ser feita sempre no mês de Janeiro, de modo que a opção é renovada a cada ano de forma automática. Uma empresa nova tem até 30 dias da abertura do seu CNPJ para fazer a adesão.

Além do faturamento máximo, também há outros critérios. Algumas atividades econômicas não podem aderir ao Simples Nacional e alguns tipos de segmentos são proibidos, conforme a legislação específica sobre o tema.

Há cinco anexos que permitem às empresas verificar se podem contar com esse regime. Cada anexo tem relação com atividades específicas, como o comércio, indústria e serviços. Além disso, é preciso verificar a receita dos últimos 12 meses, observar em qual faixa de alíquota o valor se encaixa, aplica a alíquota e, deste resultado, deduzir o valor descrito no devido anexo. Desta forma, será obtido o imposto devido final.

O anexo 3, por exemplo, tem relação com as empresas que oferecem serviços como agências de viagens, odontologia, psicologia, academias e laboratórios. Antes de definir



se a empresa se enquadra no anexo, é preciso levar em consideração o chamado “Fator R”. Ele consiste na relação de custo da folha de pagamento da empresa com o faturamento. Se o percentual ficar acima de 28%, a empresa estará apta a entrar no anexo 3. Caso contrário, deve buscar o anexo 5.

Já o anexo 5, por sua vez, tem relação com empresas de áreas como a publicidade, jornalismo, tecnologia, engenharia e auditoria. Em muitos casos, apresenta uma carga tributária mais cara do que o lucro presumido.

De fato, há várias atividades em que a alíquota acaba por ser superior. O Simples Nacional é muito menos “simples” do que o previsto em sua proposta. Este é o nosso sistema tributário.

Por conta disto, o planejamento tributário é fundamental para obter o máximo de eficiência e lucro possível, além de garantir uma maior competição no mercado. Afinal, cada tributo pago de maneira eficaz garante a saúde e até a continuidade da empresa.

Uma escolha errada pode trazer consequência graves e perdas tributárias importantes e de difícil solução. A atenção aos regimes de tributação é crucial.

**\*Daniel Calderon é contador, advogado, empresário da área contábil e tributária e sócio da Calderon Contabilidade**



mercado



O presidente Jair Bolsonaro e seu colega do Paraguai, Mario Abdo Benítez, em obra de ponte em Foz de Iguaçu. Divulgação/Presidência

# Bolsonaro vê apagão; analistas descartam e falam em luz mais cara

Seca derruba nível das hidrelétricas, e governo precisará acionar térmicas por mais tempo, o que encarece tarifa

Ricardo Della Cetta e Nicola Pamplona

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO Ao citar o nível baixo das hidrelétricas, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse nesta terça-feira (1º) que há a possibilidade de apagões no Brasil. Embora reconheça que o cenário é crítico, especialistas no setor ainda não veem risco de problemas no suprimento. Bolsonaro falou no assunto em resposta a uma pergunta de usuário do Facebook sobre a adoção de taxa extra na conta de luz, decidida pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) na segunda (30), para bancar o elevado custo de usinas térmicas a gás.

“As represas estão em níveis baixíssimos. Se nada fizermos, poderemos ter apagões. O período de chuvas, que deveria começar em outubro, ainda não veio. Iniciamos também campanha contra o desperdício”, escreveu o presidente naquela rede social.

A declaração surpreendeu especialistas do setor, que, mesmo diante da gravidade da situação dos reservatórios, entendem que o Brasil tem alternativas para substituir as hidrelétricas neste momento.

Um experiente técnico com passagem pelo governo disse que o risco de apagão é “zero”. “Agora o momento nossas análises não indicam riscos [de apagão], apenas o custo da energia aumenta com o acionamento de recursos [térmicos], e a bandeira tarifária encaminha esse sinal ao consumidor”, afirma Luiz Barroso, presidente da consultoria especializada PSR.

Todos concordam, porém, que a situação é crítica e precisa ser monitorada de perto. E que a necessidade de poupar água nos reservatórios das hi-

delétricas deve prolongar o custo extra na conta de luz. A tarifa adicional imposta pela Aneel na segunda equivale a R\$6,24 por cada 100 kWh (quilowatt-hora) consumidos.

É o maior valor previsto no programa de bandeiras tarifárias, usado para ajudar a custear as térmicas em tempos de seca.

A cobrança extra representa um recuo com relação a decisão tomada em maio, que havia suspenso qualquer adicional até o fim do ano, para não sobrecarregar consumidores em meio à pandemia.

A agência disse que a revisão foi necessária diante da queda do nível de armazenamento nos reservatórios das hidrelétricas e da retomada do consumo de energia com o fim das medidas de isolamento. O diretor-geral da Aneel, André Peppone, pediu que os consumidores evitem o desperdício.

Em nota distribuída nesta terça, o ONS diz que está “fazendo a gestão de todos os recursos energéticos disponíveis para garantir o abasteci-

mento de energia”. “Para os próximos meses, é preciso esperar e avaliar como o período úmido, que começa agora e vai até abril, irá se comportar para definir as estratégias de operação.”

Além do acionamento de térmicas mais caras, o operador propôs a revisão de restrições operativas nas hidrelétricas da bacia do São Francisco, liberando mais energia para o intercâmbio com outras regiões, e em usinas dos rios Paraná e Tietê. Também está autorizada a importação de países vizinhos.

Em novembro, o volume de energia armazenada nos reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste atingiu a média de 18,1%, a menor para o mês desde 2014. Esas perspectivas de chuvas para dezembro não são animadoras: apontam para volumes menores que a metade da média histórica das regiões.

A situação é crítica também no Sul, onde os reservatórios se fecharam com 18,6% da capacidade de geração de energia, o menor valor para o mês pelo menos dos últimos 20 anos, segundo mostram os dados do ONS.

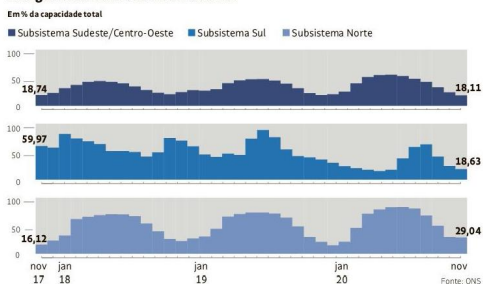
A situação só é mais favorável no Nordeste, beneficiado pelo crescimento da geração eólica e por restrições operativas nas usinas do rio São Francisco, com o objetivo de recuperar os reservatórios da seca severa que assolou a região entre 2014 e 2018.

O operador diz que o cenário reflete escassez hídrica vivida pelo país nos últimos anos. Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, consideradas a caixa-d'água do sistema elétrico brasileiro, o volume de chuvas no período seco de 2020 foi o terceiro pior da série histórica.

“As represas estão em níveis baixíssimos. Se nada fizermos, poderemos ter apagões. O período de chuvas, que deveria começar em outubro, ainda não veio. Iniciamos também campanha contra o desperdício”

Jair Bolsonaro em rede social

## Energia armazenada nos reservatórios



## Investimentos com dinheiro de Itaipu

- PROJETO PEDRA** (Ministério das Relações Exteriores) Conservação, restauração e gestão do complexo arquitetônico e dos acervos do Ministério das Relações Exteriores do Rio de Janeiro. **Valor:** R\$ 7,318 milhões
- ESCOLAS CÍVICO-MILITARES** (Ministérios da Educação e Defesa) Implantação de quatro escolas cívico-militares em três anos. **Valor:** R\$ 11,6 milhões
- ACELERA FOZ** (Fundação Parque Tecnológico de Itaipu) Promoção do desenvolvimento empresarial local. **Valor:** R\$ 1,555 milhão
- CAMPUS** (Instituto Federal do Paraná) Construção de Laboratórios do Campus de Foz do Iguaçu. **Valor:** R\$ 2,9 milhões
- PONTE AYRTON SENNA** (Dnit e governo do Paraná) Recuperação da ponte Ayrton Senna entre os municípios de Guaíra (PR) e Mundo Novo (MS). **Valor:** R\$ 15,7 milhões
- ILUMINAÇÃO:** R\$ 10,5 milhões
- IDOSOS** Apoio à Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu. **Valor:** R\$ 3,3 milhões em três anos
- APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)** Revitalização de sede e subsede da Apae. **Valor:** R\$ 945,3 mil
- ESTRADA DO BOIADEIRO** (Dnit e secretaria estadual de infraestrutura) Supervisão e execução das obras de restauração, pavimentação e implantação de obras de arte especial na rodovia BR-487/PR. **Valor:** R\$ 223,8 milhões
- SANEAMENTO** (Companhia de Saneamento do PR) Implantação de sistema de tratamento de esgotamento sanitário. **Valor:** R\$ 32,6 milhões em cinco anos
- VITRAIS** Convênio com a Associação cultural e turística da Catedral Nossa Senhora de Guadalupe para confecção e instalação de vitrais para a fachada. **Valor:** R\$ 2,6 milhões
- HOSPITAL** (Fundação municipal de Saúde de Foz de Iguaçu) Equipar o hospital municipal Padre Germano Lauck, de alta e média complexidade. **Valor:** R\$ 22,7 milhões

Últimas Unidades

### Cyber Week

Cadeira Aeron Grafite Completa com todos os ajustes **12X R\$740,00**

Garantia 12 ANOS

Fale com um consultor

**NOVO AMBIENTE**

Al. Cabral Monteiro da Silva, 683 (11) 3062-3331 | @novoambiente | @novoambiente.com.br

LOJA ONLINE > novoambiente.com/foz

São Paulo | Rio de Janeiro

## Conta paga a Itaipu financia estradas, sede do Itamaraty e até vitrais

**Catia Seabra**

**RIO DE JANEIRO** O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) visitou nesta terça-feira (1º) as obras da segunda ponte entre Brasil e Paraguai, custeadas pela margem brasileira de Itaipu Binacional.

O orçamento é de R\$ 463 milhões, incluindo desapropriações e a construção de uma perimetral.

Em menos de um mês, essa é a segunda vez que Bolsonaro vai ao Paraná para tratar de obras de infraestrutura custeadas por Itaipu. Em 6 de novembro, o presidente anunciou um pacote de obras bancado pela empresa.

Uma das missões da companhia é promover o desenvolvimento na sua área de abrangência, o que inclui, do lado brasileiro, pouco mais de 50 municípios do oeste do Paraná. Mas, de uns anos para cá, nem todos os projetos estão nesse perimetro e miram a função de promover desenvolvimento.

Itaipu —cuja fonte de recursos é a conta de luz paga pelos consumidores brasileiros— tem previsão de liberar R\$ 1,4 bilhão para sustentar 31 projetos.

Na lista, estão desde a construção de escolas militares à instalação de vitrais em uma catedral.

Apenas o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) é interveniente de convênios que ultrapassam R\$ 1 bilhão.

Uma das obras, a estrada do boiaideiro, vai demandar R\$ 223 milhões, incluindo o pagamento de indenização para desapropriação, no valor de R\$ 18,2 milhões, e R\$ 11,9 milhões para reajustes contratuais. Totalmente financiada por Itaipu, a obra tem por objetivo “disciplinar o tráfego entre Mato Grosso do Sul e Paraná.

Itaipu também bancará a conservação, a restauração e a gestão do complexo arquitetônico dos acervos do Ministério das Relações Exteriores do Rio de Janeiro.

O custo com o Palácio de Itamaraty, que fica a quase 1.500 quilômetros da usina, está calculado em R\$ 7,318 milhões. A justificativa para o gasto estaria no fato de o Tratado de Itaipu ter sido assinado no palácio.

“O Tratado de Itaipu privilegia o Ministério das Relações Exteriores ao reservar, na composição do conselho de administração de Itaipu Binacional, a indicação de um conselheiro. Portanto, o Palácio do Itamaraty pode ser compreendido como integrante do patrimônio cultural intangível da entidade”, justifica o projeto.

Além de delegacias e batallhões, o pacote inclui convênios com os ministérios da Educação e Defesa para implantação de quatro escolas cívico-militares em três anos, no valor de R\$ 11,6 milhões.

Entre os gastos com empreendimentos culturais, destacam-se os R\$ 2,6 milhões voltados a custear a instalação de vitrais na Catedral Nossa Senhora de Guadalupe, em Foz do Iguaçu.

Entre as obras financiadas com o dinheiro arrecadado com a cobrança de tarifa de luz, está o convênio com a fundação municipal de Saúde de Foz de Iguaçu, no valor de R\$ 26,1 milhões, para equipar o hospital municipal Padre Germano Lauck, hospital de alta e média complexidade.

Ao assumir a diretoria-geral de Itaipu brasileira, o general Joaquim Silva e Luna fixou a redução da tarifa como meta de sua gestão. Mas o valor, aplicado em dólar, está congelado desde 2009.

Chefe de gabinete da diretoria-geral, o coronel Ricardo Bezerra ressalta que as obras não representam aumento de tarifa. Segundo ele, a intenção de Luna é baixar o valor da tarifa, que depende de acordo com a margem paraguaia de Itaipu.

“O compromisso do general foi não aumentar a tarifa para fazer obra. Mas não conseguiu baixar a tarifa”, disse Bezerra.

Segundo a assessoria de imprensa de Itaipu, o financiamento dessas obras está de acordo com a Nota Reservada entre a República Federativa do Brasil e República do Paraguai, formalizada em março de 2005, que estabeleceu que as iniciativas no campo da responsabilidade social e ambiental são componentes permanentes das atividades desenvolvidas pela Itaipu.

“Cabe destacar que a missão institucional da Itaipu é gerar energia elétrica de qualidade com responsabilidade social e ambiental, contribuindo com o desenvolvimento sustentável no Brasil e no Paraguai”, diz a nota.

Ainda segundo assessoria da empresa, o critério para a escolha dos projetos se baseia no “alinhamento com os governos federal e estadual, relevância social e econômica e os impactos positivos para o desenvolvimento nacional, conforme definido no plano estratégico do Itaipu Binacional”.

Questionada sobre o financiamento de obras em vez da redução de tarifas, a assessoria de Itaipu afirmou que a fixação do valor é anual e de forma binacional para cobrir todos os custos da entidade.

“Os recursos necessários para as iniciativas no campo socioambiental são componentes permanentes da missão da Itaipu”, diz a nota.

“Importante destacar que a tarifa da Itaipu permanece congelada desde 2009 (US\$ 22,6¢ kWh) e que as obras estruturantes financiadas pela empresa não tiveram nenhum impacto no seu valor”.





mercado

A epidemia volta a atacar o varejo

Donos de restaurantes, salões de beleza e academias sentem o baque em novembro

Vinicius Torres Freire

Journalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Donos de restaurantes, do comércio de comida e bebida em geral, de salões de beleza e de academias de ginástica sentem um baque em novembro...

Além disso, há gente que viu retração forte, em contraste agudo com outubro.

Muitos atribuem a queda às notícias de que mais gente foi para as UTIs por causa da Covid. Alguns dizem que "o povo" voltou a ficar sem dinheiro...

Os empresários ouvindo não mencionaram o possível efeito da alta de inflação, que na

média não parece significativamente, mas foi de quase 20% de um ano para cá quando se trata do preço de comer em casa.

A inflação da comida continuará ruim pelo menos até o primeiro bimestre do ano que vem. A inflação média para o consumidor, medida pelo IBGE, deve chegar a 5,5% ao ano, em meados de 2021...

Os números mais gerais e objetivos do desânimo já apareceram nas pesquisas de confiança do consumidor e do setor de serviços, que caiu pelo

segundo mês seguido em novembro, segundo a FGV. O levantamento nacional da Associação Comercial de São Paulo também registrou baixa nos ânimos em novembro.

As expectativas pesam: o medo de perder o emprego cresce, o medo de perda de renda é ainda mais forte no caso de quem foi remediado pelo auxílio emergencial. Pela primeira vez desde o início da epidemia, a população ocupada aumentaria ligeiramente em setembro e outubro, dizem os pesquisadores do IBGE (Pnad), mas

o desemprego e o medo de ficar sem trabalho parecem estar falando mais alto.

Se a epidemia não foi o determinante do desânimo em novembro, certamente o será pelo menos neste início de dezembro. O repique do número de doentes e de mortes é inegável, confirmando o alerta inicial dos médicos de hospitais privados. No que diz respeito à confiança econômica, não importa muito se o nome seja o incorreto "segunda onda" (pelo menos por ora) ou repique.

Em um mês, o número de internados em UTIs na cidade de São Paulo por causa da Covid-19 cresceu mais de 30%. No estado de São Paulo, 33%.

Na Grande São Paulo, quase 48%. O número estadual de mortes é cerca de 40% maior que no início de novembro (na média móvel de sete dias). No Rio Grande do Sul e no Paraná, as autoridades fa-

lam de medidas mais duras de restrição: há discussões assim em Brasília. A situação é ruim em Santa Catarina e no Rio.

Como era de esperar, ainda assim revoltante, os alertas mais sérios e as medidas de controle estão sendo anunciadas depois da eleição municipal. Muitas são suaves, não se sabe se providências mais drásticas teriam resultado e não há notícia de estratégia mais inteligentes de limitação dos contágios (baseadas em dados, testes, restrições duras localizadas).

Se o relaxamento de fins de outubro e começo de novembro for além e maior nas festas de fim de ano, em "baladas" e em aglomerações gerais de férias, teremos muito mais do que quedas de confiança no janeiro de 2021, que será também o primeiro mês do fim dos auxílios.

viniciustorres@grupofolha.com.br

Dólar começa mês em forte queda de 2,24%

Moeda recua a R\$ 5,228 e Bolsa sobe 2,3%, com otimismo sobre vacinas e governo Biden e sinalização de votação da LDO

SÃO PAULO O otimismo de novembro se alastrou pelo primeiro pregão de dezembro. Nesta terça-feira (1º), o dólar caiu 2,24%, a R\$ 5,228, menor valor desde 31 de julho. O dólar turco está a R\$ 5,38. O Ibovespa fechou em alta de 2,3%, a 111.399,91 pontos, maior nível desde 21 de fevereiro.

O pregão foi de amplo apetite por risco global amparado por expectativa de mais estímulos nos EUA e de uma retomada econômica mais rápida. O índice do dólar ante os principais moedas globais despencou a uma mínima em mais de dois anos meio, enquanto as ações em Wall Street bateram novos recordes.

Entre agentes do mercado, há uma grande expectativa de que a administração de Joe Biden, presidente eleito dos EUA, e sua equipe econômica aumentem ainda mais a injeção de liquidez na maior economia do mundo, o que poderia beneficiar mercados emergentes, como o Brasil.

Ao apresentar seu time econômico nesta terça, Biden apelou ao Congresso para que aprovasse um pacote de alívio a coronavírus que está paralisando o crescimento. Mais ações para reativar a economia depois que assumir o cargo, no mês que vem. Biden disse que qualquer pacote aprovado pelo Congresso antes de ele ser

empossado, em 20 de janeiro, seria "apenas o começo".

A futura secretária do Tesouro e ex-presidente do Fed (banco central americano), Janet Yellen, afirmou que medidas urgentes são necessárias para evitar que o tombo da economia se retroalimente.

O Instituto de Finanças Internacionais (IIF, na sigla em inglês) calcula que o quarto trimestre de 2020 será o de maior influxo a mercados emergentes desde os primeiros meses de 2013.

Até 27 de novembro, estrangeiros entraram com mais de US\$ 32 bilhões na Bolsa brasileira e, segundo analistas, é este movimento que impulsiona

uma alta do Ibovespa nas últimas semanas.

Além do ambiente externo já propício ao risco, no meio da tarde o dólar aproximadamente a queda ante o real após notícia de que o presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), vai incluir a proposta de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2021 na pauta da sessão conjunta no dia 16, o que sinaliza algum direcionamento do Orçamento de 2021. Os juros futuros desabaram, em um sinal de redução de risco fiscal. O juro para janeiro de 2026 foi de 7,18% na segunda (22%) para 6,99% nesta terça. O risco de aumento de des-

pesas no Brasil em 2021 depois do salto no déficit primário neste ano por causa da pandemia representa uma das causas para os mercados. A deterioração das contas públicas, segundo analistas, ainda é o principal motivo para a disparada de 30,28% do dólar ante o real em 2020.

Outra notícia positiva, segundo investidores, foi a negação do presidente Jair Bolsonaro (em partido) em estar o auxílio emergencial. "Alguns querem perpetuar tais benefícios, ninguém vive dessa forma, é o caminho certo para o sucesso", disse Bolsonaro em evento nesta terça. Os investidores ainda se ani-

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. AVISO. MODALIDADE DE LICITAÇÃO-TOMADA DE PREÇOS Nº 20/20 TIPO MENOR PREÇO. PROCESSO SEI Nº 20.20.001.002426.20.20-42 DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO: 15/12/2020, às 14h.

SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS CONSELHO DELIBERATIVO. EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Seraphim Carlos Del Grande, Presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Esportiva Palmeiras, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os Senhores Conselheiros para comparecerem às reuniões ordinárias que farão realizar no dia 17 de dezembro de 2020, quinta-feira, com início às 19h em primeira convocação e às 20h em segunda e última, com qualquer número de Conselheiros, na forma do artigo 83 do Estatuto Social.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. AVISO. MODALIDADE DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2020 (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS). PROCESSO SEI Nº 20.20.001.001518.20.20-87 DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO: 15/12/2020, às 14h.

vivo Comunicado. A Telefônica Brasil S.A., doravante denominada Vivo, operadora de Serviço Móvel Pessoal (SMP), nos Regimes 1, 1 e III do PPA, comunica a seus clientes e ao público em geral que a partir do dia 31/12/2020 a Promoção Vivo Controle GigaPay será encerrada para novas adesões.

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE. BIALSI Rodoprod. LEILÃO 09/12/2020 ÀS 19H00 - LEILÃO 10/12/2020 ÀS 19H00. O presente Edital tem por objeto a venda de bens móveis e imóveis pertencentes ao Banco de Crédito de São Paulo S.A. (BCSP), em virtude de sua falência.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Sobre o Estado de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA do empreendimento AHE Taubaté, o IBAMA convoca para participar da formação de uma Audiência Pública no dia 11/12/2020 às 17h (horas locais), 18h (horário de Brasília). O link de acesso da transmissão está disponível no site www.ambiente.gov.br.

JUSTIÇA FEDERAL DO CEARÁ PREGÃO ELETRÔNICO 47/2020. Objeto: Registro de Preços para aquisição de licenças de produtos VMware, com início de suporte e garantia de atualização por 36 meses. Acesso Edital: www.folha.com.br. CNPJ nº 08.988.000/0001-74. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE.

Clarus Participações Ltda. CNPJ nº 08.988.000/0001-74. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE. Objeto: Registro de Preços para aquisição de licenças de produtos VMware, com início de suporte e garantia de atualização por 36 meses.

A ameaças dos gastos públicos

Ou autoridades agem agora ou a conta chega em 2021

de gastos a serem disparados na eventualidade de atingir o teto. Os gatilhos representam a organização das prioridades de cortes de gastos para evitar o "shutdown" do governo.

num, mas é justamente o desperdício brasileiro que mais sofrerá com o adiamento do corte de gastos do governo. Como o governo não cria dinheiro — apenas tira do po-

A nomenclatura das emendas constitucionais da década de 2020 é reveladora: "teto", "guerra" e "emergência". O Brasil míngua: agora apenas a 12ª economia do mundo. O PIB em moeda forte deve cair 28% neste ano. Fomos ultrapassados pelo Canadá, pela Rússia e pela Coreia do Sul, que possuem populações muito menores.

Não se pode atribuir nosso declínio à Covid, que afeta o mundo todo. A culpa é exclusivamente nossa. Mais propriamente, de nossos formadores de políticas públicas, que

preferem empurrar a realidade de uma barriga a endereçar o entrave central do desenvolvimento: gastos públicos fora de controle.

Governos de países emergentes responsáveis contêm gastos em anos de normalidade para enfrentar inevitáveis crises futuras. O Chile, por exemplo, iniciou 2020 com dívida de 30% do PIB. Do lado de cá dos Andes, a pandemia pegou o Brasil com fragilidade fiscal, com dívida de quase 80% do PIB e déficit de 6% do PIB, pior que a Argentina.

O Brasil está em uma encru-

zilhada, e os políticos decidirão nos próximos seis meses qual dos dois caminhos tomar: a) conter os gastos para estabilizar a dívida descontrolada, ou b) tapar o sol com a peneira e tomar o caminho de Argentina ou Venezuela.

Não convém imitar a menina Dorothy do filme "O Mágico de Oz" e confiar a rota a um espantoso de economista simpático e sem cérebro. É a nossa pauta mais urgente.

Os dois anos com emenda constitucional do teto de gastos em vigor (2018 e 2019) foram imprescindíveis para evi-

tar uma situação ainda mais calamitosa neste 2020. Nos 20 anos anteriores à PEC, os gastos públicos triplicaram em termos reais!

O teto de gastos para 2021 é de R\$ 1,5 trilhão, do qual R\$ 1,4 trilhão já está comprometido. Esses R\$ 100 bilhões que sobram mal permitem que a estrutura governamental opere.

Cada ano os recursos não comprometidos diminuirão para dar vazão ao aumento de gastos com aposentados. É, portanto, urgente que o Congresso Nacional regulamente gatilhos de contingenciamento

O teto trouxe um choque de realidade ao debate, ancorou expectativas e permitiu a queda recorde da Selic. Porém, está sob ataque por todos os lados. Neste ano, as despesas referentes à pandemia foram consideradas "extrateto" (isentas da regra do teto) e muito superiores ao que os demais países emergentes gastaram, chegando a 9% do PIB.

Adicionalmente, políticos cortejam o cambalacho da "contabilidade criativa" para garantir uma gastança extrateto em 2021. E economistas desenvolvimentistas se especializaram no ofício de "fura-teto", defendendo a revogação dos alicerces da responsabilidade fiscal.

Finalmente, a esquerda afirma defender o brasileiro co-

vo—, inventará mais impostos ou inflação para arcar com os gastos e a dívida. O brasileiro pagará o pato no futuro por meio de desemprego, carestia, menor renda e o calote da aposentadoria. A matemática das contas públicas é irrevogável e cruel. Não tem ideologia.

O governo acaba de alcançar

# Ao escolhermos um lado no 5G, podemos ficar é do lado de fora

Deve-se ter clareza sobre o que o Brasil ganha ou evita com um eventual banimento da China

## OPINIÃO 5G EM DEBATE

**Cláudia Viegas**

Doutora em economia pela FEA/USP, é diretora de regulação econômica da LCA consultores

A expressão "negócio da China" faz menção a uma oportunidade altamente lucrativa. Muitas vezes, essa mesma expressão é entendida de forma negativa, como um ótimo negócio para um lado só. O que o 5G será para o Brasil, afinal?

O país tem avançado na expansão da conexão em banda larga, porém de forma desigual. Apenas 10% da população reside em áreas com mais de 30 acessos de banda larga fixa para cada 100 habitantes, enquanto 32% dos brasileiros estão em municípios em que esse número não passa de 10.

O 5G mostra-se, de fato, como uma tecnologia disruptiva, capaz de atuar de maneira transversal em diversos setores econômicos.

Converter metade das horas desperdiçadas no trânsito em tempo produtivo, via cidades inteligentes, por exemplo, pode aumentar o PIB em mais de R\$ 500 bilhões ao longo de um ano. Isso pode gerar quase R\$ 5 bilhões de arrecadação de impostos e 6,8 milhões de postos de trabalho, segundo estimativas da LCA.

Disponibilizar o 5G aos menores prazos e preços possíveis, para massificar seu uso, mostra-se crucial. Isso remete a, pelo menos, três pontos de atenção: o modelo do leilão do 5G; a solução para interferência do 5G em serviços atualmente ofertados; e possíveis restrições à atuação de fornecedores chineses no Brasil.

Sobre o modelo do leilão, a questão é compatibilizar a necessidade de recursos públicos de curto prazo, que pressiona por um leilão oneroso, com os ganhos de médio prazo, advindos da inserção do 5G da forma mais barata possível.

Quanto mais recurso sair do edital para os cofres públicos, menor o valor disponível para atendimento de obrigações e

maior a expectativa de preço final para o usuário. Quanto maior o preço final, menor a penetração do 5G, reduzindo seu potencial transformador.

Sobre a solução de interferência, espera-se que o modelo adotado pela Anatel atenda ao disposto na portaria MCTIC 418/2020. Dessa forma, os vencedores deverão arcar com os custos de solução de interferência na recepção do sinal de TV aberta gratuita apenas para os usuários que façam parte do Cadastro Único e sejam efetivamente prejudicados pelo 5G. Impor obrigações que extrapolarem esses limites retirará recursos do 5G, cuja introdução de forma massificada traz benefícios para a sociedade.

Sobre o terceiro ponto, deve-se ter clareza sobre o que o Brasil ganha ou evita com um eventual banimento da China, visto que os danos econômicos são expressivos. Uma eventual decisão contrária a fornecedores chineses trará consequências para a evolução da instalação de equipamentos não só do 5G mas também de tecnologias futuras, cujo ciclo de investimento tem se mostrado cada vez mais curto.

Isso traz efeitos também para as redes já instaladas, pois o equipamento de fornecedores chineses responde por boa parcela da rede de 4G do país. O mercado desses equipamentos é altamente concentrado globalmente—três empresas representam 90% da receita em 2019.

Ter oferta concentrada e alta demanda, visto que o 5G será implementado ao mesmo tempo em diversas economias, por si só, já causa pressão para aumento de preço. Restringir ofertantes certamente ampliará ainda mais os custos.

Deve-se, portanto, ter clareza dos benefícios e riscos reais a serem perseguidos e evitados, sob pena de não ter uma análise de custo-benefício adequada, num momento em que a economia brasileira não tem espaço para erro. Ao escolhermos um lado, podemos ficar é do lado de fora.



**MERKEL INSPECIONA O 'ESPELHO MAIS PRECISO DO MUNDO'**

Chanceler alemã participa em Berlim do Digital Summit 2020, evento virtual que discute tecnologia Tobias Schwarz/AFP

## Facebook vai pagar por notícias de veículos de imprensa no Reino Unido

**SÃO PAULO** O Facebook anunciou nesta terça (19) que vai pagar por notícias publicadas por veículos de jornalismo profissional no Reino Unido. A rede terá um espaço dedicado ao noticiário nacional e local a partir de janeiro.

A empresa diz que vai investir em conteúdos que ainda não estejam disponíveis em sua plataforma. Há alguns meses, a gigante de tecnologia anunciou que o Brasil estava entre os países escolhidos para a iniciativa, chamada Facebook News. Não há informações sobre a chegada do recurso.

O primeiro grupo de jornais, revistas e sites a participar do modelo no Reino Unido inclui, entre outros, The Economist, Condé Nast, ESI Media, Guardian Media Group, Hearst e Iliffe.

Em comunicado, a companhia afirma que também incluirá conteúdo sobre estilo de vida de marcas como Harpers, Cosmopolitan, Wired, GQ, Glamour, Vogue e Tatler. Em outubro de 2019, Mark Zuckerberg, presidente-executivo do Facebook, anunciou o lançamento nos EUA, que conta com parceiros tradicionais, como The Washington Post, The Wall Street Journal, Business Insider, BuzzFeed e sites de jornalismo local. A medida é uma forma de

compensar financeiramente empresas que alimentam a rede social com conteúdo noticioso próprio e não recebem parte da verba publicitária obtida pela rede social como a venda de anúncios.

À época, o convite para o lançamento colocava Zuckerberg ao lado de Robert Thomson, presidente da News Corp, de Rupert Murdoch, que publica o WSJ e outros jornais. Ambos cobravam havia anos uma compensação das em-

## Libra, moeda virtual da rede social, passa a se chamar diem

A criptomoeda libra, do Facebook, foi rebatizada como diem, em um esforço renovado para obter a aprovação regulatória, enfatizando a independência do projeto. A mudança de nome é parte de movimento para enfatizar uma estrutura mais simples e renovada, disse Stuart Levey, presidente da Diem Association. O Facebook, que mudou o nome de sua unidade de pagamentos Calibra para Novi Financial em maio, continua sendo um dos 27 membros da Diem Association, ex-Libra Association.

presas de tecnologia. A empresa não dá detalhes sobre contratos e remuneração. Há um ano, o site americano Vox publicou que a quantia paga a alguns veículos chegaria a US\$ 3 milhões por ano. A receita do Facebook no último trimestre foi de US\$ 21,5 bilhões.

O Facebook News é como uma divisão na rede social que oferece a usuários histórias de acordo com seus interesses, filtrados por algoritmos. O Facebook afirma que mais de 95% do tráfego que o Facebook News entrega aos editores americanos vem de novos públicos, ou seja, de pessoas que não haviam interagido com os meios de comunicação no passado.

Segundo a empresa, negociações também ocorreram na França e na Alemanha. Em junho, o Google anunciou medida semelhante para o jornalismo profissional, que começou a valer em outubro. Alemanha e Brasil fazem parte da iniciativa.

A Folha é uma das publicações na plataforma, chamada Destaques, que oferece conteúdos diários escolhidos e editados pelos próprios veículos. Também participam o portal UOL, o jornal Estadão, as revistas Veja e Piauí, além de Band e Jovem Pan, e de veículos locais e regionais.

## Salesforce anuncia a compra do Slack por US\$ 27,7 bi

**NOVA YORK E SAN FRANCISCO | THE WALL STREET JOURNAL E FINANCIAL TIMES** A Salesforce anunciou que comprará o Slack, programa de mensagens em locais de trabalho, por US\$ 27,7 bilhões.

O acordo, que ainda depende do aval dos acionistas da Slack e das autoridades regulatórias dos EUA, é o maior da história da indústria da computação em nuvem, ao superar os US\$ 26,2 bilhões que a Microsoft pagou pelo LinkedIn, há quatro anos.

A operação une o serviço de chat do Slack, que tinha mais de 12 milhões de usuários no início deste ano, aos serviços de vendas, marketing e outros softwares de negócios da Salesforce.

O negócio é mais um exemplo da consolidação que atingiu o setor de software em nuvem, que gira em torno de serviços digitais, geralmente pagos por meio de assinaturas, em vez da venda de software para os clientes instalarem em seus computadores.

O Slack concorre diretamente com o Teams, da Microsoft. O serviço de gigante da tecnologia, que tinha 32 milhões de usuários ativos em março, passou a ter 15 milhões no mês passado. O Teams é oferecido nos pacotes do Office 365.

# ES vai comprar participações em empresas

Objetivo do governo capixaba é gerar dividendos para o Estado e alavancar a economia local

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

02/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O governo do Espírito Santo planeja comprar participações em empresas privadas com recursos do fundo soberano estadual, criado em 2019 e abastecido com R\$ 360 milhões provenientes de royalties e participações especiais do petróleo. O objetivo é gerar dividendos para o Estado e alavancar a economia local.

## ES vai usar royalties do petróleo para comprar fatia em empresas

Na mira do Estado estão negócios nas áreas de energias renováveis, logística e até startups, diz o governador Renato Casagrande (PSB). “Controle de empresa nós não queremos”, explicou ao **Valor**. “A aplicação de recursos em empresas privadas é uma forma de obter o máximo de retorno”.

## Mais do Valor **Econômico**





# **Fim de pendência de R\$ 9 bi reabre mercado de energia**

## **Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprova normas que regulamentam os procedimentos de repactuação do chamado “risco hidrológico”**

Por unanimidade, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem normas que regulamentam os procedimentos de repactuação do chamado “risco hidrológico”. A decisão deve pôr fim a uma disputa judicial que já dura cinco anos, envolve cerca de R\$ 9 bilhões e praticamente paralisou o mercado de energia de curto prazo.

A disputa se deu porque, nos últimos anos, a estiagem fez com que apenas uma parcela da energia fosse despachada pelas usinas hidrelétricas, ajudando a poupar os reservatórios. Assim, a energia que havia sido vendida antecipadamente mas não foi gerada virou débito das usinas no mercado de curto prazo.

Por entender que parte desse risco não deveria ser imputada aos geradores, as usinas foram à Justiça e conseguiram liminares para não pagar esses débitos. A decisão de ontem da Aneel abre espaço para uma repactuação. Os agentes que aderirem ao acordo precisarão renunciar às ações judiciais e, como compensação, terão direito à extensão de suas concessões.

O avanço na repactuação foi amplamente comemorado no mercado de energia, que aguardava há anos um desfecho para o imbróglio. Maior geradora de capital privado do país, a Engie Brasil Energia (EBE) considera que a Aneel reforçou a maturidade do setor elétrico e de suas instituições, assim como a crença da companhia de que o Brasil é um país seguro para investimentos. Aguarda-se, agora, a atualização dos valores a serem reconhecidos à luz dos termos da regulamentação aprovada ontem. Isso poderá destravar o mercado de energia de curto prazo, acredita Eduardo Sattamini, presidente da EBE.

Para Fellipe Soares, diretor da Abrace, “foi um passo importantíssimo”, mas ainda será preciso resolver centenas de ações judiciais. Segundo ele, das 338 ações que travam o mercado de curto prazo, só 80 pedem isenção do GSF (Generation Scaling Factor), o índice que mede o risco hidrológico. A maioria delas pede prioridade de recebimento dos créditos quando o mercado se normalizar.

## Devedor tenta quitar ICMS em 2 mil anos

Empresa do Rio pede sua inclusão em programa de parcelamento de dívidas tributárias com base em faturamento mensal lançado em 2015 pelo Estado

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

02/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O Superior Tribunal de Justiça começou a julgar processo que pode garantir a uma empresa do Rio o direito de parcelar sua dívida de ICMS por mais de dois mil anos. O caso envolve a FNA E-Ouro Gestão de Franchising e Negócios, que até 2012 atuou como distribuidora da Cervejaria Petrópolis. A empresa pede sua inclusão em programa de parcelamento de dívidas tributárias lançado em 2015 pelo Estado, que prevê o pagamento de parcelas mensais equivalentes a 2% do faturamento. Segundo a Procuradoria-Geral do Estado, aceitas essas condições, a empresa levaria 2.097 anos para quitar a dívida, que originalmente, sem atualizações, somava R\$ 1,2 bilhão.

### Saiba Mais

[STJ analisa parcelamento de dois mil anos para empresa do Rio](#)

**Conteúdo Publicitário**

Links patrocinados por **taboola**

## Superávit comercial supera US\$ 51 bilhões no ano

A balança comercial registrou superávit de US\$ 3,73 bilhões em novembro, um aumento de 4,7% em relação ao mesmo período do ano anterior pelo critério da média diária. Com isso, o saldo positivo acumulado de janeiro a novembro chegou a US\$ 51,16 bilhões, uma alta de 23,2% sobre o mesmo período de 2019. Os números foram divulgados ontem pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia.

O economista Silvio Campos Neto, da Tendências Consultoria Integrada, chama a atenção para a mudança de dinâmica das importações. Ele observa que, em novembro, a média diária das compras externas recuou apenas 2,6% em relação ao mesmo mês do ano passado, uma queda bem menor que os 26% registrados nos cinco meses anteriores. “O desempenho está relacionado ao aumento da demanda interna nos últimos meses, o que tem estimulado a busca por bens e insumos no exterior”, diz Campos Neto. Em novembro, as importações totalizaram US\$ 13,8 bilhões.

“Após vários meses com quedas anuais acima de 20%, a recuperação das importações é um importante sinal da retomada da demanda interna, em especial do consumo, o que é ilustrado pelo patamar das vendas no varejo acima do verificado no pré-crise”, afirma ele. “Em novembro, as importações de itens ligados à indústria de transformação cresceram 11% em volume e exibiram uma leve queda de 0,5% em valor, números que ilustram a vigorosa reação da demanda.”

Já as exportações ficaram em US\$ 17,53 bilhões no mês passado. Pela média diária, houve queda de 1,2% sobre o desempenho do mesmo mês de 2019. No acumulado de 2020, as exportações somaram US\$ 191,7 bilhões, queda de 6,1%, pela média diária, em relação ao mesmo período de 2019. Já as importações ficaram em US\$ 140,5 bilhões, recuo de 13,6% na mesma base de comparação. Em sua projeção atual, a secretaria estima que a balança comercial registre em 2020 um superávit de US\$ 55 bilhões, resultado de US\$ 210,7 bilhões em exportações e US\$ 155,7 bilhões em importações.

Segundo Campos Neto, as exportações mantiveram a dinâmica recente, com leve queda de 1,2% na comparação com novembro de 2019. “Além de terem recuado menos durante o auge da pandemia, em parte graças à rápida recuperação da China, desde outubro as exportações já apresentam números similares aos verificados em 2019. Como destaques, a alta das receitas com minério de ferro (42%), milho (27,2%), café (41,9%) e açúcares e melão (59,8%)”, diz ele, em nota.

O subsecretário de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior, Herlon Brandão, disse que o resultado da balança comercial em novembro mostra continuidade do que vem ocorrendo no segundo semestre, de trajetória de recuperação das importações e manutenção das exportações.

Ele destacou que as exportações vêm mantendo trajetória estável ao longo do ano, com algumas mudanças na composição da pauta. Assim, os volumes estão crescentes e os preços é que explicam a queda nas vendas no mês. Brandão destacou ainda que, mesmo com o recuo em novembro, o resultado das importações é “muito positivo”, ressaltando o aumento de 9,6% no volume de compras externas. **(Colaborou Sergio Lamucci, de São Paulo)**

## ES vai usar royalties do petróleo para comprar fatia em empresas

O governo capixaba planeja adquirir participações em empresas privadas com recursos do fundo soberano estadual criado em 2019 e abastecido com R\$ 360 milhões provenientes de royalties e participações especiais do petróleo. O objetivo é, ao mesmo, gerar dividendos para o Estado e alavancar a economia local. O decreto que regulamenta o fundo foi publicado na quinta-feira passada.

Na mira do Estado estão negócios nas áreas de energias renováveis, logística e até startups, entre outros, conta o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB). “Controle de empresa, nós não queremos”, frisou ele ao **Valor**, lembrando que foi anunciada em março a privatização da Esgás, distribuidora local de gás natural. “A aplicação de recursos em empresas privadas é uma forma de obter o máximo de retorno”, acrescentou.

O governo capixaba pretende criar fundos de investimento em participações (FIPs) ou utilizar outros já existentes, que serão geridos por um banco ou instituição privada. “Não vamos nos meter em administração de empresa”, antecipou Casagrande. A escolha de membros do conselho de administração, por exemplo, caberia ao gestor privado.

O processo seletivo para escolher o gestor ficará a cargo do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes). Ainda não foi estipulado um prazo oficial, mas a expectativa dentro do governo capixaba é a de que o gestor seja escolhido ainda na primeira metade do ano que vem. A partir daí começariam os investimentos em participações nas empresas.

Caberá a um conselho gestor formado por representantes das secretarias de Governo, Planejamento e Fazenda; do Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) e do Bandes determinar em que setores os recursos públicos serão investidos. “Não podemos pendurar toda a solução no setor privado”, argumentou o governador, para quem não é possível o Estado abrir mão do investimento público em infraestrutura e logística.

Mensalmente, o Espírito Santo destina 40% da sua receita de royalties do petróleo para o fundo soberano. Além disso, 15% do valor das participações especiais - compensações financeiras pagas nos casos de campos petrolíferos com grande volume de produção ou de grande rentabilidade - é depositado a cada três meses.

De julho do ano passado até agora foram depositados R\$ 360 milhões no fundo soberano. Do total arrecadado, 40% serão destinados ao que Casagrande classifica como uma “poupança intergeracional”, remunerada pelo Banestes. Os outros 60% vão para o fundo de investimento em participações, com o intuito de “atrair investimento para Espírito Santo” e, também, gerar lucro para o Estado.

Ao longo dos próximos anos, essa proporção na alocação dos recursos será alterada. A ideia é que até 2026 a fatia destinada à poupança de longo prazo caia para 20% e a parcela do fundo voltado para atividades produtivas aumente para 80%. “O Estado quer sair da maldição do petróleo”, disse o governador.

Casagrande argumenta que, para além da questão do investimento em participações, a intervenção do governo estadual é necessária para melhorar o ambiente de negócios.

Numa tentativa de amenizar os efeitos recessivos da pandemia, o governo capixaba lançou na semana passada um plano de estímulo ao desenvolvimento econômico. No plano, estão previstos investimentos de aproximadamente R\$ 33 bilhões até o fim de 2022.

No mesmo horizonte de tempo, a expectativa é que o plano - batizado de Espírito Santo - Convivência Consciente - gere mais de 100 mil postos de trabalho no Estado. Os recursos a serem investidos viriam tanto dos cofres públicos (federal e estadual) como da iniciativa privada.

Na lista de investimentos anunciados estão aportes da fabricante de chocolates Garoto (R\$ 200 milhões), da Café Cacique (R\$ 240 milhões) e da empresa de revestimentos cerâmicos Biancogres (R\$ 150 milhões).

## Conta de luz mais cara deve levar inflação a superar 4% neste ano

A decisão surpresa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que encareceu as contas de luz já em dezembro puxou as projeções para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano para mais de 4%. Ao mesmo tempo, reduziu a expectativa para o IPCA de 2021, agora mais perto de 3% do que de 4%.

O anúncio antecipou o reajuste dos preços administrados, que rodavam perto de zero, para cerca de 2,5% ao fim de 2020. Para o ano que vem, analistas apontam que a recomposição geral de tarifas congeladas na pandemia ainda deve acelerar e ficar perto, ou até acima, dos preços livres.

Com a conta de luz mais cara em dezembro, analistas de oito casas consultadas pelo **Valor** preveem que a inflação ficará acima de 4% ao fim de 2020. As estimativas variam entre 4,13% e 4,47% - logo, todas acima do centro da meta, de 4% com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Para 2021, o intervalo está entre 3% e 3,4%. Antes, algumas estimativas apontavam a chance de o IPCA ficar dentro do centro da meta, que é menor para 2021, de 3,75%. Este risco, porém, ainda está presente.

A “transferência” da alta de preços de 2021 para 2020 ocorre porque analistas projetam que a conta de luz tenha bandeira amarela, ou até mesmo verde, no último mês do ano que vem. Assim, o aumento da energia fica praticamente restrito a este ano. “Toda a majoração de preços de energia vai acontecer ao longo de dezembro. Deve impactar ainda no IPCA-15 de janeiro, mas grande parte fica dentro de 2020”, explica Fábio Romão, economista da LCA Consultores.

Desde maio deste ano, em virtude da pandemia do novo coronavírus, a Aneel havia decidido manter a bandeira verde acionada até 31 de dezembro. Mas a queda no nível de armazenamento nos reservatórios das hidrelétricas e a retomada do consumo de energia obrigaram a agência a reativar o seu sistema de bandeiras. Assim, foi instituída a bandeira vermelha patamar 2 para dezembro, com custo de R\$ 6,243 para cada 100 quilowatts-hora consumidos.

Com isso, houve certa descompressão dos administrados, cuja alta estimada para o ano que vem estava ao redor de 5% para até perto de 7%. Apesar da antecipação do custo maior da energia elétrica, os preços monitorados ainda devem acelerar. O Itaú Unibanco vê os administrados em 4% em 2021 e os livres em 2,9%. Já para a LCA Consultores, os aumentos serão mais parelhos, de 3,27% e 3,39%, respectivamente.

O economista-chefe para Brasil do Barclays, Roberto Secemski, estima os administrados com avanço de 4,55% em 2021, de 2,33% neste ano - antes da decisão da Aneel, o aumento estava em 0,66%. Segundo ele, como os administrados são cerca de 25% do IPCA, a alta projetada corresponderia a cerca de 1,17 ponto de contribuição à inflação. “Nossa previsão também leva em conta o aumento antes do esperado nos planos de saúde a partir de janeiro (e não em maio de 2021, como originalmente esperado, quando o aumento anual de 2020 foi adiado devido à pandemia)”, diz ele, em relatório.

Passado o choque dos alimentos, que puxaram a alta da inflação neste ano, o que fica para frente são pressões mais disseminadas e que inspiram cautela, diz André Braz, coordenador dos Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). “Bens duráveis, bens semiduráveis, serviços e administrados - os outros 85% da inflação, contra 15% dos alimentos - vão subir mais do que neste ano.”

Para Braz, tal cenário aponta para um IPCA, na melhor das hipóteses, dentro da meta de 3,75% em 2021, com o risco de superar essa marca. “De fato para quem esperava há cerca de três meses uma inflação de 2%, mais do que dobrar no curto prazo não é pouca coisa. De qualquer

maneira, isso antecipa um espalhamento maior da inflação e é para isso que o Banco Central deve olhar.”

Segundo Braz, os combustíveis são os primeiros candidatos a recompor a queda deste ano. “A recomposição da gasolina e do diesel - e seu revés sobre o transporte público - vai ser maior a partir do ano que vem.” Ele explica que, apesar da recuperação das cotações internacionais a partir de maio, os combustíveis ainda acumulam baixa em 12 meses, o que abre espaço para a subida.

Romão, da LCA, destaca que as pressões variadas sobre ao IPCA também estarão nos serviços. De alta de 1,64% esperada para 2020, o setor deve subir 4% em 2021, estima. “Acompanho inflação há mais de duas décadas, nunca tinha visto e não devo ver de novo essa taxa de 1,64%”, afirma. Ele explica que, à medida que a circulação de pessoas seja normalizada, os reajustes represados nos serviços serão ao menos parcialmente retomados.

De uma alta de 3,77% em 2021, Romão agora vê o IPCA em 3,37%, mas não descarta alta mais forte. “Não podemos achar que a inflação de 2021 está resolvida com essa baita pressão de custos. Tem uma avalanche de custos devido a câmbio e commodities. O IPA industrial vai fechar 2020 acima de 25% e parte disso vai chegar ao consumidor”, diz.

No curto prazo, os riscos inflacionários seguem altistas em meio à aceleração dos preços no atacado, diz Secemski. “Os últimos anúncios reforçam nossa visão de que a inflação deve ficar a maior parte de 2021 acima do centro meta de inflação do BC, embora ainda convergindo para ela no fim do ano.”

## OCDE vê perspectiva de recuperação, mas riscos persistirão em 2021

Pela primeira vez desde o início da pandemia, as perspectivas são melhores para a economia global com vacinas à vista e a manutenção de fortes medidas de apoio pelos governos, mas persistem incertezas e riscos, disse ontem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em relatório, a OCDE vê um cenário global ainda relativamente complexo para 2021, com alto risco de novos surtos do vírus, que vão exigir, em alguns casos, novas medidas de distanciamento social localizadas. A vacina só virá ao longo de 2021 para a maioria das pessoas, e a gestão da pandemia ainda irá impor limites à economia.

A atividade econômica seguirá com menos interações e fronteiras parcialmente fechadas por mais alguns trimestres. Alguns setores recuperarão força, outros ficarão paralisados. Por exemplo, o setor turismo, com muitos empregos, inclusive de baixa qualificação, vai demorar para se recuperar.

Nesse contexto, o relatório sobre as perspectivas globais reduziu as estimativas anteriores de setembro, em meio à constatação de que novos surtos e restrições estão impedindo a recuperação. Após uma forte contração neste ano, a OCDE estima que o PIB global crescerá 4,2% em 2021, abaixo dos 5% estimados em setembro. O crescimento dos EUA no ano que vem, antes estimado em 4%, caiu para 3,2%. Na zona do euro, a taxa anterior de 5,1% diminuiu agora para 3,6%.

Mas há sinais de esperança. No caso de a contenção de novos surtos e uma ampla vacinação até o fim de 2021 reforçar a confiança, uma recuperação gradual da economia global deve ocorrer nos próximos dois anos, diz a OCDE.

“Ainda estamos no meio da pior crise, não saímos da zona de risco, mas há agora esperança”, afirmou o economista-chefe, Laurence Boone. “O desafio agora é como sair dessa crise rapidamente e com o mínimo de dano possível.”

Para o secretário-geral da OCDE, Ángel Gurría, os governos devem fazer o possível para debelar a pandemia. “Não há escolha entre proteger a vida e ganhar a vida, é um falso dilema. Vencer o vírus é a única maneira de acabar os riscos sanitários, mas também de proteger a economia”.

A expectativa é que os excepcionais programas fiscais de ajuda ao longo de 2020 darão bons resultados. A recuperação poderá ser mais fortes e mais rápida à medida que mais atividades reabrirem, reduzindo a perda de renda.

A OCDE alerta que a recuperação será desigual entre os países, potencialmente levando a mudanças duradouras na economia mundial. Os países e regiões que têm mais testes, rastreabilidade e sistemas de isolamento, onde a vacinação for feita rapidamente, provavelmente se sairão melhor, favorecendo investimentos e consumo.

A China, que começou a recuperação mais cedo, deve crescer 8%, respondendo por mais de um terço do crescimento econômico global em 2021. As economias da OCDE só se recuperarão parcialmente da profunda recessão deste ano. A contribuição da Europa e da América do Norte para o crescimento global continuará menor do que seu peso na economia mundial.

A produção deve ficar 5% abaixo das expectativas pré-crise em vários países em 2022, elevando a possibilidade de custos substanciais duradouros. Para a OCDE, os governos precisam focar o apoio nos mais vulneráveis, como crianças, jovens e pessoas não qualificadas, e também nas empresas, para reduzir o risco de a crise deixar profundas cicatrizes.

A covid-19 está elevando a desigualdade. Daí a importância de ações dos governos. Outra inquietação é com o aumento do endividamento das empresas. Empresas brasileiras têm estoque de dívida mais baixo, equivalente a 40% do PIB, ante mais de 140% na China.

**OCDE vê perspectiva de recuperação, mas riscos persistirão em 2021**

OCDE reduziu suas projeções de crescimento para 2021. Para entidade, vacinação deve elevar a confiança e permitir retomada gradual de atividades no ano que vem. Mas primeiro semestre ainda será difícil, até que vacinação avance

Por **Assis Moreira** — Di. Genebra  
02/12/2020 09:00 - Atualizado há 5 horas

**Estimativas para o PIB**

Variação anual, em %

	2019	2020*	2021*
<b>Mundo</b>	2,6	-4,2	4,2
Zona do euro	1,3	-7,5	3,6
Alemanha	0,6	-5,5	2,8
França	1,5	-9,1	6
Itália	0,3	-9,1	4,3
Japão	0,7	-5,3	2,3
Reino Unido	1,5	-11,2	4,2
EUA	2,2	-3,7	3,2
<b>G-20</b>	<b>2,9</b>	<b>-3,8</b>	<b>4,7</b>
Argentina	-2,1	-12,9	3,7
<b>Brasil</b>	<b>1,1</b>	<b>-6</b>	<b>2,6</b>
China	6,1	1,8	8
Índia**	4,2	-9,9	7,9
México	-0,3	-9,2	3,6
Rússia	1,4	-4,3	2,8

Fonte: OCDE. \*Estimativa. \*\*Ano fiscal, de abril a março do ano seguinte



## Entidade corta previsão de crescimento do Brasil

Incertezas e dificuldades sobre a pandemia e a vacina levaram a OCDE a reduzir suas estimativas futuras para o PIB brasileiro, que deve crescer 2,6% no ano que vem e 2,2% em 2022

Por Assis Moreira — De Genebra

02/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os persistentes estragos causados pela pandemia de covid-19 levaram a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a cortar sua projeção de crescimento da economia brasileira para 2021 para 2,6%, ante 3,6% estimados em setembro.

Em seu mais recente relatório, a entidade calcula que a economia brasileira deve se contrair em 6,0% neste ano ante 6,5% previsto antes. Mas incertezas e dificuldades sobre a pandemia e a vacina derrubam as estimativas futuras. Assim, o PIB brasileiro deve crescer 2,6% no ano que vem e 2,2% em 2022.

A OCDE estima que a inflação continuará abaixo da meta e a alta liquidez, com juros baixos recordes, proporcionará apoio aos investimentos. Mas nota que vulnerabilidades fiscais foram exacerbadas pela resposta à crise, e que o déficit público cresceu.

“A retirada das medidas fiscais, como o Auxílio Emergencial, será um grande desafio para o Brasil, num contexto de conjuntura ainda frágil e um desemprego elevado”, diz Jens Arnold, economista responsável na OCDE. A pandemia deve resultar numa alta de 20 pontos percentuais na dívida pública bruta, que atingirá 100% do PIB no fim de 2022. Ou seja, a situação fiscal tornou-se mais complexa.

“Para assegurar a sustentabilidade da dívida pública, será imprescindível que o gasto adicional seja temporário e não se torne permanente”, diz Arnold. “O teto de gastos foi o que permitiu melhorar a confiança, reduzir os juros. Por isso será importante cumprir com o teto de gastos em 2021.”

A resposta fiscal à pandemia no Brasil tem sido uma das mais fortes na região, com medidas discricionárias superando 8% do PIB e forte foco nos mais vulneráveis. Um benefício de emergência temporário atendeu 67 milhões de pessoas. Esse apoio reduziu a pobreza ao mais baixo nível em 40 anos e evitou maior declínio na renda e no consumo no país. Mas a OCDE alerta que o descontentamento social que afetou vários países da América do Sul também pode atingir o Brasil, “possivelmente agravado pela deterioração das condições sociais na pandemia e por escândalos de corrupção”.

Para Arnold, um risco para o Brasil seria uma desaceleração no avanço das reformas, o que teria consequências negativas para o crescimento e os resultados fiscais. “O Brasil tem uma agenda importante de reformas para implementar, como converter os impostos indiretos num IVA [imposto sobre valor agregado], fortalecer a concorrência com reformas regulatórias, maior integração na economia global, melhorar a educação e a capacitação profissional, combater a corrupção, preservar o meio ambiente”, completou.

## Importadores voltam a pedir redução de imposto

Presidente da Abeifa diz que os importadores “não suportam” um período tão prolongado de pressão sobre os preços praticados em reais

Por **Marli Olmos** — De São Paulo

02/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os importadores de veículos voltam a pedir a redução do Imposto de Importação de 35% para 20% como forma de compensar a desvalorização cambial.

João Henrique Oliveira, presidente da Abeifa, a associação que representa o setor, diz que os importadores “não suportam” um período tão prolongado de pressão sobre os preços praticados em reais ocasionada pela valorização contínua das principais moedas estrangeiras, notadamente o dólar e o euro.

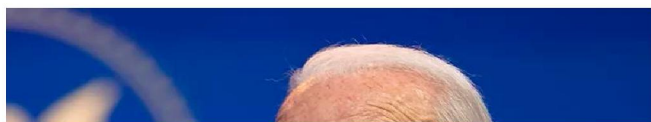
“Passados quase oito meses, o setor está no limite da exaustão financeira”, destacou o dirigente por meio de nota. Segundo ele, a situação leva ao risco de a rede de concessionárias ficar comprometida ao ponto de algumas lojas não terem fôlego para atender sequer serviços de pós-venda.

Em recente ofício enviado à Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, do Ministério da Economia, a Abeifa destaca que 72% dos veículos importados são provenientes do Mercosul e do México, já com o benefício da alíquota zero do imposto de importação. Os que são importados de outros países representam 3% das vendas no mercado brasileiro.

Segundo Oliveira, a alíquota reivindicada pelo setor para modelos produzidos fora do Mercosul e México equivale o equivalente à Tarifa Externa Comum (TEC) padronizada no Mercosul. “Essa medida não se caracterizaria como benefício fiscal”, destaca Oliveira. Segundo ele, o setor envolve 17,5 mil empregos.

No primeiro semestre, os importadores não sentiram tanto o impacto da desvalorização porque, com a pandemia, os estoques foram suficientes para atender a demanda. Mas agora a elevação de preços se reflete nas vendas. O licenciamento de veículos importados por marcas que não têm fábricas no Brasil somou, em novembro, 2,5 mil unidades. Isso representou queda de 4,2% em relação a outubro e retração de 8,7% na comparação com o mesmo mês de 2019. No acumulado dos 11 meses, foram vendidas 25 mil unidades, uma queda de 19,9%.

### Mais do Valor **Econômico**



**Biden diz que não pretende cancelar imediatamente acordo comercial com a China**